

## Caixa BI e BESI escapam a prejuízos e esperam retoma dos negócios em 2014

**Resultados** Caixa BI e BESI fecharam 2013 com lucros, ao contrário dos accionistas CGD e BES. E antecipam crescimento da actividade neste ano.

Filipe Alves  
filipe.alves@economico.pt

O exercício de 2013 foi o 'anhus horribilis' para alguns dos principais bancos portugueses, que registaram prejuízos recorde. Mas embora tenham sofrido com a redução da actividade e com imparidades causadas pela crise, os dois principais bancos de investimento portugueses, Caixa BI e BESI, escaparam aos prejuízos e antecipam um ano mais positivo em 2014.

A suportar estas expectativas estão os sinais de retoma, as oportunidades de negócio com as privatizações de empresas como a EGF e a TAP, o regresso das fusões e aquisições, o reanimar do mercado de capitais e o crescimento do investimento estrangeiro (ver texto ao lado).

"Esperamos que em 2014 o dinamismo dos mercados de capitais em Portugal se mantenha, tanto de dívida como de 'equities', uma vez que, na perspectiva dos investidores internacionais, Portugal é visto como um 'safe haven' versus os mercados emergentes, onde o cenário macroeconómico se está a deteriorar rapidamente", disse ao Diário Económico Joaquim Saldanha e Souza, presidente do Caixa BI, que teve lucro de 28 milhões de euros em 2013, em linha com o ano anterior.

Adiantou: "Acreditamos que a estabilização macroeconómica em Portugal e consequente redução do risco País irá gradualmente atrair novos investidores tanto para os mercados de capitais como para activos reais, podendo vir a criar um 'positive feedback loop' e dinamizar o crescimento". Frisou que "a reestruturação em curso do tecido empresarial nacional - deleveraging, consolida-

ção, expansão internacional - irá também criar oportunidades de negócio nas várias áreas de negócio do Caixa BI".

Esta visão favorável é partilhada por Francisco Cary, vice-presidente do Espírito Santo Investment Bank (BESI), que lucrou 7 milhões de euros em 2013. "A nossa visão para 2014 é mais positiva, diria até moderadamente optimista, porque acreditamos que temos bem estabelecidas as adequadas alavancas operacionais para tirar partido da recuperação da economia mundial como um todo, mas de Portugal e Espanha em particular, e da recuperação da actividade nos mercados de capitais e fusões e aquisições", disse o banqueiro. Salientou que, em Portugal, o BESI constata "uma mudança radical - para melhor - do interesse dos investidores estrangeiros nas oportunidades de investimento no País, que poderão vir a gerar no imediato interessantes oportunidades de negócio e ter um efeito multiplicador na recuperação da economia".



Joaquim Saldanha e Souza, presidente do Caixa BI, espera que em 2014 o dinamismo do mercado de capitais em Portugal se mantenha".



Francisco Cary, vice-presidente do BESI, acredita que a retoma da economia que se tem feito sentir traz oportunidades de negócio em 2014.

**Privatizações e internacional suportam resultados em 2013**

O Caixa BI e o BESI divulgaram as contas de 2013 no final da semana passada, ao mesmo tempo que as casas-mãe CGD e BES. As estruturas dos dois bancos de investimento não são directamente comparáveis, dado que o BESI tem um produto bancário mais de duas vezes superior e custos mais altos. Mas em comum têm a aposta na assessoria às privatizações e na actividade internacional.

O BESI teve lucro de 7 milhões de euros, menos 68% que em 2012, devido a imparidades na Península Ibérica, tendo a área internacional contado para 60% das receitas do banco liderado por José Maria Ricciardi. "Relativamente a 2013, o balanço que fazemos é positivo, atendendo o contexto local e global difícil que ainda atravessamos. Conseguimos conter a queda das receitas, gerando um produto bancário de 248,2 milhões de euros - 5,7% inferior ao de 2012 - com uma redução de custos operativos de 2,5%", disse Francisco Cary. Referiu que o BESI intensificou a actividade em mercados de rápido crescimento, como México e a Polónia, enquanto em Portugal se destacou nas privatizações e no regresso da República aos mercados de dívida.

Também o Caixa BI, que teve lucro de 28 milhões de euros, faz um balanço positivo do ano terminado a 31 de Dezembro. "Apesar de ter sido um ano difícil em termos macroeconómicos, o Caixa BI conseguiu manter a sua rentabilidade e posição de liderança e tendo estado envolvido em algumas das operações mais marcantes", disse, por sua vez, Joaquim Souza, destacando as recentes privatizações. ■

ES SAÚDE PAGA 10,3 MILHÕES EM COMISSÕES AO SINDICATO

A Oferta Pública de Venda (OPV) da Espírito Santo Saúde, concluída a 7 de Fevereiro, rendeu 10,3 milhões de euros aos bancos que assessoraram a operação.

O coordenador global da OPV foi o Banco Espírito Santo de Investimento (BESI), tendo o sindicato bancário integrado ainda o BEST, Banco Espírito Santo dos Açores, Banque Privée Espírito Santo, BBVA, Santander, BPI, Millennium bcp, ActivoBank, CGD, Caixa Banco de Investimento, Credit Suisse Securities, Crédit Agricole e Banco Finantia. Os custos foram suportados pela ES Saúde e pela sua accionista Rioforte, holding do Grupo Espírito Santo. A OPV teve lugar a 3,2 euros por acção e garantiu um encaixe de 149,8 milhões para a Rioforte.



## Advogados vêm mais

**Investidores estrangeiros mostram apetite pelo País, mas persiste alguma cautela.**

Filipe Alves  
filipe.alves@economico.pt

A pior fase da crise económica parece já ter passado e os investidores estrangeiros mostram vontade em agarrar oportunidades em Portugal, apesar de existir ainda alguma cautela enquanto se aguarda o fim do resgate internacional e a clarificação quanto ao futuro do país, segundo advogados ouvidos pelo Diário Económico.

Além das privatizações, os grandes escritórios têm sentido maior interesse de clientes estrangeiros no investimento em Portugal, em áreas como o imobiliário (com os 'golden visa') ou o mercado de capitais.

"Dos contactos que temos tido, sentimos que existe interesse em investir em Portugal, por parte de investidores chineses mas também americanos e do Norte da Europa, mas notamos que continua a haver algum sentimento de cautela. As pessoas estão à espera de saber como será a saída do resgate internacional e como evoluirá o país", disse Diogo Leonidas Rocha, sócio da Garrigues.

Por sua vez, Sofia Gomes da Costa, sócia da PLMJ da área de prática de 'Corporate' e especialista em investimento estrangeiro, frisou que "para além do interesse sobejamente conhecido de alguns grupos internacionais nos processos de privatização, começa de facto a denotar-se interesse de grupos internacionais no investimento em determinados

**PONTOS CHAVE**

● Os dois maiores bancos de investimento portugueses, o BES Investimento e o Caixa BI, fecharam o ano de 2013 com resultados positivos, com a aposta na

assessoria às privatizações e às emissões de dívida e na actividade internacional, apesar do aumento de imparidades.

● Existe maior interesse dos

investidores estrangeiros em Portugal, apesar de alguma cautela enquanto não se conhece de que forma terminará o resgate, dizem advogados ouvidos pelo Económico.

Paulo Alexandre Coelho

**BANCÁRIO LIDERADO PELO BESI**



**DO LADO DA LEI**

## Responsabilidade Penal dos Gerentes e Administradores



**MIGUEL PEREIRA COUTINHO**  
Advogado da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira

Regra geral, uma das primeiras diligências promovidas pela autoridade judiciária no âmbito de um processo criminal é a requisição de certidão do registo comercial actualizada da pessoa colectiva, tendo em vista apurar quem é que, à data dos factos, constava dos órgãos sociais. E, também por norma, uma vez identificados tais sujeitos, passará o processo a correr contra eles.

Certamente que, no final, tudo dependerá da prova carreada, designadamente a inquirição de colaboradores que confirmem que, muito embora conste como gerente uma determinada pessoa, não era ele quem diariamente estava na sede da empresa ou tomou a decisão, mas sim outrem.

Na verdade, um sujeito pode até não ter sido formalmente designado para o exercício do cargo, mais ainda assim responderá criminalmente desde que, no plano factual, se prove que actuou como tal. É o caso por exemplo de um sócio que, não constando como gerente, decide na prática o rumo da empresa, ou então de um director geral que, embora figurando na hierarquia como tal, assina por si documentos enquanto responsável máximo, sem intervenção de terceiros.

É até possível que muito embora da certidão do registo comercial constem como administradores dois sujeitos, apenas um desempenhe funções executivas, ou então que, estando em investigação decisões de cariz financeiro, a decisão tenha sido tomada pelo administrador financeiro e não tanto pelo responsável pelo pelouro comercial.

E, finalmente, pode igualmente suceder que, vinculando-se a sociedade com a assinatura de dois administradores, os mes-

mos tenham actuado por ordem de um accionista ou terceiro administrador, ou então o que o tenham feito induzidos em erro por um director financeiro, no qual se centrava o poder de decisão.

Não raras vezes são estas as dúvidas e conflitos que ocupam grande parte dos julgamentos em processo penal, procurando cada arguido defender-se no sentido de que uma determinada decisão não terá sido por si tomada, ou que dizia respeito a um pelouro que não lhe incumbia no caso concreto dirigir.

A questão, porém, é que tal prova não se revela fácil uma vez instaurado o processo e a experiência revela até que, da parte das autoridades judiciais, quase que existe uma presunção de que, constando um sujeito da certidão comercial, necessariamente participou na tomada de decisão.

Uma importante recomendação é procurar estabelecer de antemão regulamentos e mecanismos internos de compliance, que especificamente prevejam a distribuição de pelouros e responsabilidades, e que concretamente identifiquem como e porque quem deverá ser tomada uma determinada decisão, procurando utilizar depois os mesmos como meio de prova, e sobretudo para evitar que se submetta a julgamento um gerente ou administrador apenas e só porque constava da certidão do registo comercial, sem que nunca tenha participado nos factos ou sequer deles tenha tido conhecimento. ■

## interesse de estrangeiros

sectores da economia portuguesa”. Porém, referiu: “A crise económica-financeira tem, obviamente, imposto reservas que os recentes dados - positi-

vos - têm de alguma forma suavizado, começando a sentir-se que os investidores internacionais estão a alterar a sua visão de Portugal, embora ainda com cautelas”.

Por seu turno, Daniel Proença de Carvalho, presidente da Úria Menéndez Proença de Carvalho, afirmou que “começa a existir maior curiosidade sobre as oportunidades de investimento em Portugal, procurando os clientes esclarecimentos sobre o regime fiscal, o funcionamento da Administração e do sistema legal e judicial, a legislação laboral, a estabilidade política, etc”.

“Em geral, parece-me que a imagem do País no exterior melhorou e que pode haver boas oportunidades na fase em que nos encontramos”, disse Proença de Carvalho. ■



**Daniel Proença de Carvalho** considera que “a imagem do país no exterior melhorou e que pode haver boas oportunidades” de investimento nesta fase.



**Sofia Gomes da Costa** diz que os investidores internacionais estão a alterar a sua visão de Portugal, embora ainda com algumas cautelas”.

**No final, tudo dependerá da prova carreada, designadamente a inquirição de colaboradores que confirmem que, muito embora conste como gerente uma determinada pessoa, não era ele quem diariamente estava na sede da empresa ou tomou a decisão, mas sim outrem.**